

O CALENDÁRIO SOCIOCULTURAL DO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA: UM DIÁLOGO ENTRE OS SABERES TRADICIONAIS E A LINGUÍSTICA ECOSSISTÊMICA

Adão Fernandes da Cunha (PPGL - UnB)

Gilberto Paulino de Araújo (UFT/GEPL)

Rosineide Magalhães de Sousa (PPGL/ FUP - UnB)

Abstract: The objective of this article is to discuss the proposal of a Sociocultural Calendar to support and strengthen educational public policies aimed at school units belonging to the Kalunga Historical and Cultural Heritage Site (SHPCCK). The calendar will serve as a basis and reference for the work of educators of and in this field. It follows the orientation of Rural Education and Ecolinguistics (Ecosystemic Linguistics). The methodology is based on ethnography as an action that helps us to understand the culture of a people in their natural environment. This perspective reaffirms the paths of struggle and (re)construction of scientific work, in which the researcher acts as an agent of transformation within his community. To substantiate the notes of this calendar, it was necessary to resume the studies of Cunha (2018), carried out in the Professional Master's Degree in Sustainability with Traditional Peoples and Lands (MESPT/UnB). This resulted in the creation of the Agricultural Calendar of the Vão de Almas Community. It is hoped that the dialogue on the Sociocultural Calendar of the SHPCCK can subsidize the reconstruction of the school calendar in the Kalunga territory for a ex-maroon education that fosters a new proposal for school literacy, as well as valuing linguistic and traditional knowledge.

Key-words: Sociocultural calendar; Ecosystemic Linguistics; Historical site; Kalunga Cultural Heritage.

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a proposta de um Calendário Sociocultural para apoio e fortalecimento de políticas públicas educacionais direcionadas às unidades escolares pertencentes ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). O calendário servirá de base e consulta ao trabalho dos educadores *do e no* campo. Ele segue a orientação da Educação do Campo e da Ecolinguística (Linguística Ecolinguística). A metodologia pauta-se na etnografia como uma ação que nos ajuda a compreender a cultura de um povo em seu ambiente natural. Tal perspectiva reafirma os caminhos de luta e de (re)construção do fazer científico, nos quais o pesquisador atua como agente de transformação no seio de sua comunidade. Para fundamentar os apontamentos desse calendário, foi necessário retomar os estudos de Cunha (2018), realizado no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/UnB), que teve como resultado a criação do Calendário Agrícola da Comunidade Vão de Almas. Espera-se que o diálogo sobre o Calendário Sociocultural do SHPCK possa subsidiar a reconstrução do calendário escolar no território Kalunga para uma educação quilombola que fomente uma nova proposta de letramento escolar, bem como valorizar os saberes linguísticos e tradicionais.

Palavras-chave: Calendário Sociocultural; Linguística Ecolinguística; Sítio Histórico; Patrimônio Cultural Kalunga.

Introdução

Este trabalho constitui um recorte da pesquisa de doutorado ainda em fase de construção sobre o Calendário Sociocultural do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). Apresenta uma perspectiva de diálogos na interface entre a Educação do Campo e a Linguística Ecolinguística (Ecolinguística).

O território investigado é a comunidade Kalunga Vão de Almas (Município de Cavalcante – GO). O foco do estudo volta-se para o diálogo entre os sujeitos e o meio natural de modo a considerar a formação de um calendário sociocultural ainda invisível diante de algumas políticas públicas, entre elas a Política de Educação Escolar Quilombola.

ECO-REBEL

A intenção é mostrar como os valores culturais, identitários, éticos ecolinguísticos, entre outros, do povo Kalunga são importantes para o direcionamento de políticas públicas (de modo específico no contexto da Educação do Campo) que reconheçam, valorizem e respeitem o sujeito coletivo de direito.

Nesse sentido, a proposta do calendário surge das vivências e experiências de um pesquisador e educador nativo, que em sua imersão na academia também pode aprimorar seu olhar como etnógrafo. Este sujeito do campo, em interação com o meio ambiente do qual faz parte, em diálogo com outros pesquisadores e membros de sua comunidade, busca ir além da perspectiva do observador, ocupando de fato seu lugar de fala como alguém que conhece a sua própria história ou realidade.

Assim, o Calendário Sociocultural SHPCK tem seu vínculo nas tradições e na identidade Kalunga. Este considera os letramentos da vida/das vivências desse povo, os saberes e fazeres acumulados e (re)construídos a partir da ancestralidade. Consideramos, por exemplo, os tempos e espaços das manifestações religiosas, dos festejos e folias, do plantio e cultivo das roças, os conhecimentos sobre as plantas medicinais etc.

Ao pensarmos nos letramentos da vida, consideramos a necessidade de criar e recriar novas estratégias de ensino-aprendizagem sem que estas desconsiderem a identidade e a cultura dos povos tradicionais, isto é, práticas pedagógicas pautadas na inclusão, na igualdade racial e social, no respeito à diversidade linguística.

Vislumbramos ampliar as perspectivas de enfrentamento das desigualdades sociais e dos descasos políticos frente à discriminação e ao preconceito de linguístico. Certamente a Educação do Campo e a Linguística Ecolinguística como áreas do conhecimento e também movimentos contra-hegemônicos têm contribuído com esse processo de luta. A primeira por assumir e manter o compromisso de formação política e de desenvolvimento social e econômico dos sujeitos do campo. A segunda pela defesa incondicional da vida, da diversidade biológica, cultural e linguística.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 13-14).

ECO-REBEL

Tais aspectos destacados pelos autores estão em consonância com os pressupostos da Linguística Ecológica, tendo em vista a preocupação, o respeito e o cuidado em relação à diversidade linguística e cultural dos povos originários e do campo. Ressaltamos, novamente, que os saberes tradicionais precisam ser (re)conhecidos, valorizados e trabalhados no chão das escolas.

Assim como a Educação do Campo considera a dimensão política e social no processo de formação dos sujeitos do campo (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002), a Ecolinguística compreende como indissociável a inter-relação entre língua, povo e meio ambiente (COUTO, 2007).

Diante disso, nossa discussão leva em conta tais elementos numa perspectiva contra-hegemônica, em defesa da vida e, sobretudo, do reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres dos povos do campo como eixo de construção do Calendário Sociocultural do SHPCK.

Calendário sociocultural: concepções, aspectos e definições

Ao mencionar a palavra calendário, o que vem imediatamente a nossa mente é um quadro composto de números em ordem cronológica para identificação dos dias, meses e ano. Além disso, temos as marcações de dias que ganham destaque pelo fato de nos lembrar as datas comemorativas.

Tal representação do calendário possui sua relevância, pois nos ajuda contabilizar o tempo e a organizar tudo aquilo que compõe nosso cotidiano. Isso não é diferente no meio escolar: professores, estudantes e toda a comunidade se organizam a partir daquilo que conhecemos como calendário letivo. Todavia, podemos nos perguntar, é possível que um calendário escolar possa atender e propor uma organização didático-pedagógica sem levar em consideração a realidade de suas comunidades? E mais, seria possível pensar um calendário letivo sem considerar as manifestações culturais, os ciclos agrícolas, as características do meio ambiente físico, entre outras especificidades dos territórios em que vivem os povos e comunidades tradicionais?

A resposta já se encontra nos documentos que regem a educação nacional, conforme consta no capítulo 28 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

ECO-REBEL

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 10).

Outro importante documento é o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

- PRONERA. Vejamos o trecho que trata desse tema:

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (BRASIL, 2010, artigo 2º, s/p).

Além disso, vale ressaltar o que se encontra no Decreto 6.040/2007 (inciso I Art. 3º), tendo em vista as características relativas à organização social dos quilombolas e dos povos originários:

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, artigo 3º, s/p).

Os documentos citados demonstram a necessidade de se considerar as especificidades socioculturais da organização do tempo e do espaço das comunidades e populações tradicionais. Dito de outro modo, a estruturação do calendário escolar não pode desconsiderar as práticas sociais dos povos do campo, que está intimamente integrado ao meio ambiente físico e às suas manifestações culturais.

Na prática, infelizmente, não é isso que ocorre. A organização do calendário letivo feita pelas secretarias municipais e estaduais de educação além de desconsiderar os ciclos de produção agrícola e as manifestações culturais presentes no território Kalunga, também apresenta um calendário escolar universal, engessado e impositivo.

Os princípios ecológicos *diversidade*, *adaptação* e *holismo*, conceitos utilizados pela Linguística Ecológica, nos auxiliam na compreensão de por que considerar e olhar holisticamente para os diferentes contextos culturais e linguísticos. É por isso que a definição de um calendário sociocultural ultrapassa os limites da mera organização cronológica do tempo.

ECO-REBEL

A diversidade também está relacionada às conexões ou à noção de rede cuja manutenção depende do elo ou do papel que cada espécie desempenha no complexo sistema ecológico. [...] uma visão holística é aquela que considera que o comportamento das partes não é resultante da simples soma de cada um dos seus elementos constituintes, mas o sistema como um todo determina como se comportam as partes. [...] A adaptação está relacionada ao equilíbrio que deve ser mantido no ecossistema toda vez que haja alguma mudança significativa dentro ou fora deste. O fato é que todo ecossistema apresenta um equilíbrio dinâmico, isto é, em constante processo de mudança, não podendo ser precisado ou mensurado com base em apenas um ou outro fator, uma vez que este depende da estreita relação entre os elementos que o constituem. (ARAÚJO, 2014, p. 59-60).

Definir o calendário sociocultural de uma variedade da cultura brasileira, a exemplo da comunidade Kalunga do Vão de Almas, requer uma visão holística, principalmente em considerar a participação dos próprios sujeitos do campo nesta caminhada, assim como revisitar as tradições e a identidade local.

O Calendário Sociocultural do SHPCK, numa busca de melhor se adaptar à realidade local e considerar a diversidade de interações e manifestações culturais presentes no território, organiza-se em ciclos de modo a integrar ao espaço escolar o ciclo agrícola, as festividades e ritos religiosos, entre outros elementos culturais do território.

Do ponto de vista da Linguística Ecológica (COUTO, 2017), a língua é o resultado de nossas interações com o meio físico e o meio social. Isso quer dizer que as interações ocorrem num espaço físico (ecossistema natural), entre os membros da comunidade (ecossistema social) e por meio da língua falada por cada indivíduo (ecossistema mental).

Em consonância, a Educação do Campo também considera a interação como um componente essencial do processo pedagógico. Além disso, merece destaque o protagonismo do indivíduo como elemento constituinte da participação e da luta coletiva, como podemos observar na própria estrutura em que se baseia o PRONERA:

A estrutura pedagógica do PRONERA se baseia em: a) Caráter interativo: as ações são desenvolvidas por meio de parcerias entre órgãos governamentais, Instituições de Ensino Superior, movimentos sociais e sindicais e as comunidades assentadas, no intuito de estabelecer uma interação permanente entre esses atores sociais, pela via da escolarização continuada. [...] c) Caráter participativo: a indicação das necessidades a serem atendidas é feita pela comunidade beneficiária, que deverá estar envolvida em todas as fases – elaboração, execução e avaliação - dos projetos. (MONTE ALTO, 2012, p. 46).

Isso nos leva a entender melhor a definição do calendário sociocultural. Com base nos saberes e fazeres tradicionais, e mediado pela língua, o Calendário Sociocultural do SHPCK tem

ECO-REBEL

sua síntese nas atitudes, valores, sentimentos, crenças, isto é, nos elementos que fazem parte da identidade e mantêm vínculo com a cultura e memória quilombola.

De acordo com Galeano (1991 apud NEVES, 2000, p. 109), “a memória é o melhor porto de partida para navegantes com desejo de vento e profundidade. De fato, na busca de construção da identidade, os sujeitos individuais e sociais mergulham na profundidade de suas histórias, em uma dinâmica que pode apresentar um caráter espontâneo ou direcionado”.

Em nosso processo histórico, o arcabouço da memória Kalunga tem sido passado de geração a geração por meio da oralidade, evidenciando o papel e a importância da interação linguística nas práticas sociais locais. A memória é um processo social (ecossistema social da língua), mas, sobretudo, mantém relação direta com o ecossistema mental da língua.

A memória é algo inteiramente mental, tanto no indivíduo quanto na comunidade. [...] Veremos também memória exige uma sede, ou seja, o cérebro, como salientado por Bergson. O cérebro (junto com a mente) exige um corpo (pessoa). Desaparecendo a pessoa, desaparece o cérebro e a mente, o que implica o desaparecimento da memória. Como a coletividade é constituída de pessoas (indivíduos), se elas desaparecerem desaparece também a coletividade, a comunidade, a sociedade. Isso mostra a importância da mente, e do ecossistema mental, para a existência da comunidade na história. (COUTO, 2021, p. 116-117).

Observamos, assim, que a língua falada pelos Kalunga (ou o modo de falar dos Kalunga – o português rural do nordeste goiano) também é um aspecto integrante da memória e da história dessa comunidade. Em outras palavras, aquilo que pode ser considerado desvio ou “estranho” ao se comparar com a gramática normativa, possui significado, comunica e possibilita o compartilhamento dos saberes entre os membros da comunidade. E mais que isso, a língua faz parte da cultura de uma comunidade ou de um povo.

A existência e persistência de uma comunidade linguística (de língua ou de fala) depende da memória da totalidade dos indivíduos que a constituem. Isso significa que depende também da memória de cada um deles. Afinal, se partirmos da totalidade de indivíduos e a formos dividindo em segmentos, chegaremos ao “indivíduo” que, etimologicamente significa “aquilo que não pode ser dividido”. Isso equivale a dizer que o que vale para o indivíduo vale também para a totalidade (comunidade) de que faz parte, e vice-versa. (COUTO, 2021, p. 111).

O fato é que tanto a língua falada pelas comunidades e povos tradicionais, assim como as manifestações culturais e o modo de interagir com a natureza são pouco conhecidos (ou até mesmo

ECO-REBEL

desconhecidos e desvalorizados) por grande parte das pessoas que vivem imersas na cultura urbana.

Uma vez que é algo desconhecido ou desvalorizado passa a ser tratado, também, de maneira preconceituosa. Conforme salienta Monte Alto (2012, p. 120): “Essa desvalorização decorre, em muitos sentidos, da assunção do preconceito contra o rural, tomando o ‘urbano’ como sinônimo de ‘civilização’ e modelo a ser seguido. Assim, a população do campo se sente fragilizada, enfraquecida em sua auto-estima e incorpora o discurso do opressor [...]”.

Assim, a memória, as tradições e a identidade são elementos fundamentais, que precisam ser considerados nas práticas pedagógicas das escolas do campo e, por isso, não podem estar desvinculadas da organização didática, que tem sua representação no calendário escolar.

Memória e História são processos sociais, são construções dos próprios homens – que têm como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade. [...] Portanto, as motivações exteriores, como no caso da História Oral, inúmeras vezes desencadeiam o processo de reordenação, de releitura de vestígios e de reconstrução da identidade histórica. Neste sentido, a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a História, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente (NEVES, 2000, p. 113).

É por isso que a definição do calendário sociocultural não se sobrepõe ao calendário linear que temos para referenciar cronologicamente o tempo. A ideia é alertar as instituições de ensino responsáveis pela gestão das escolas do campo para que estas considerem outras formas de organizar o tempo e o espaço como legítimas e vinculadas à realidade local.

Na dissertação de mestrado *O calendário agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca*, Cunha (2018) fez uma síntese das atividades envolvidas no ciclo de produção agrícola do Vão de Almas, resultando numa proposta de organização do calendário escolar integrado às práticas sociais da comunidade. Abaixo segue a baliza estruturada a partir das discussões com os membros da comunidade.

ECO-REBEL

Imagem 1: Baliza em construção – Calendário Agrícola do Vão de Almas



Fonte: Cunha (2018).

A Terra/terra é o eixo central e representa o ecossistema físico, a própria natureza, sendo este elemento a base ou o sustento da produção agrícola. Como elemento do ecossistema social, a terra (território) também é o lócus das manifestações culturais e centro de organização de saberes e fazeres compartilhados pelo povo.

A partir desse eixo, outros círculos se formam, de maneira cíclica. Temos, então, dois períodos do ano: o inverno e o verão. Os dois períodos no cerrado (território Kalunga) são mais marcados devido ao “tempo das águas” e ao “tempo da seca”, mas estes não desconsideram as outras estações (primavera e outono). Esta alternância de ciclos no calendário nos remete ou evidencia o princípio ecológico da porosidade, isto é a abertura às transformações, inovações e mudança.

ECO-REBEL

O princípio da abertura, também chamado de porosidade, está relacionado à troca (envio e recebimento) de energia do ecossistema com ecossistemas adjacentes. Isso quer dizer que o fluxo de energia é algo constante na natureza, evidenciando que os ecossistemas apresentam-se como um *continuum*, isto é, suas fronteiras são resultantes de uma lenta e gradual transição. (ARAÚJO, 2014, p. 59).

A renovação dos ciclos considera as atividades agrícolas que vão sendo desenvolvidas pela comunidade, de modo específico o manejo da mandioca. Desse modo, a cada ano ocorre uma reorganização dos tempos e espaços em função do manejo da mandioca, principalmente para atender as exigências da natureza.

Do ponto de vista pedagógico, a escola deve considerar o envolvimento das famílias ao longo do ano nessas atividades de cultivo, de tal modo que o calendário letivo também passaria por um constante processo de avaliação, reavaliação, reconstrução. Isso quer dizer que a sua utilização gera uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e sociais da comunidade, um permanente diálogo das “velhas” e “novas” práticas de desenvolvimento da vida e da educação no quilombo.

Fora a roçada a derruba e a queima, outros processos de preparo da terra começam também neste período do verão. O processo da junta dos garranchos (garranchos= restos de madeira que ficaram depois da queima) para facilitar a limpa com a enxada prevendo a plantação que deve iniciar nos primeiros contatos com o inverno. Pode-se pensar que nós passamos um tempo descansando do trabalho agrícola. Pensamento equivocado. Porque quando estamos descansando estamos produzindo a farinha nos finais de semanas. É tempo de lida com tantas outras atividades que muito se faz junto a de mandioca. É tempo de refazer o feito. Como em outros tempos, um tempo de produção de farinha seja para consumo próprio, venda, troca ou reserva para a seguridade alimentar. (CUNHA, 2018, p. 124).

Para fins deste artigo, propomos justamente a ampliação daquilo que se encontra no calendário agrícola. O período de cultivo integra, então, outros saberes e fazeres que não podem ser dissociados do calendário cultural da comunidade. A própria baliza mostrada anteriormente, possui esses pontos de intersecção, que estão marcados pelas festividades (folias, festejos e ritos religiosos).

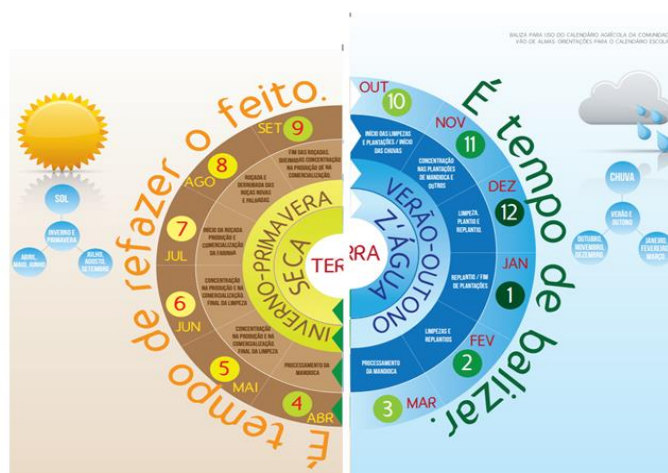
Uma outra característica que justifica a forte produção da farinha nessa época é a venda para arrecadação de dinheiro para compra de roupas, sapatos, cosméticos, entre outros produtos para se comemorar nas festividades da comunidade. Festa de São João em junho, Festa de São Sebastião em julho, agosto tem Festa de Nossa Senhora D’Abadia (Romaria) e em setembro tem Festa de São Gonçalo na comunidade do Vão do Moleque. Festas cuja parte cultural deve ser considerada na ressignificação do calendário escolar. (CUNHA, 2018, p. 124).

ECO-REBEL

Conforme destacado pelo autor, um dos elementos mais representativos do ciclo agrícola é a produção, o consumo, a troca e a venda da farinha de mandioca, importante alimento que faz parte do sustento das famílias. A farinha se encontra presente na composição de outros alimentos, farofas, farinha no leite, na paçoca de carne, paçoca de gergelim e de coco etc.

A participação dos membros da comunidade, ao longo do ano, nas atividades de produção agrícola e nas manifestações culturais envolve pessoas de diferentes faixas etárias, incluindo as crianças e os jovens em idade escolar. Por isso a escola não pode nem deve ficar alheia a esses ciclos. Além disso, deve considerar tais períodos, de modo a incorporar os saberes e fazeres tradicionais nas práticas pedagógicas.

Imagem 2. Baliza: calendário agrícola com orientações para o calendário escolar



Fonte: Cunha (2018).

Uma forma de garantir que essa organização e práticas sociais sejam incorporadas ao calendário escolar é a sua inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sendo este construído no permanente diálogo entre os gestores, docentes, discentes e a comunidade local. Conforme já mencionado, no que diz respeito às políticas públicas, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008. Estes são marcos normativos importantes, que estabelecem a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas* no currículo oficial da rede de ensino (em âmbito municipal, estadual e federal). As duas leis reafirmam o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial.

ECO-REBEL

Cumpramos ressaltar o posicionamento da Linguística Ecológica sobre essas questões, conforme discussão apresentada por Silva (2017) em seu artigo *Reflexões sobre a perspectiva política que subjaz à Ecolinguística*:

Pensando no modo como o Estado e a comunidade se constituem, entende-se que há socialmente uma rede de relações conflituosas, apesar de o ideal ser um ambiente plenamente harmonioso e de comunhão. A existência dos conflitos em sociedade está associada a uma infinidade de fatores que corroboram para a segregação entre os indivíduos, entre eles, poderiam ser destacados: a desigualdade social, a divisão de classes, o machismo, a homofobia, o racismo, a intolerância religiosa e política etc. A Ecolinguística, ao perceber esses conflitos, busca, além de tentar entendê-los por meio dos estudos da interação comunicativa, encontrar caminhos para amenizá-los ou saná-los, reduzindo o sofrimento, quando possível e buscando formas de exaltar a manutenção da vida. (SILVA, 2017, p. 90).

O autor destaca os problemas que assolam as sociedades e, nesse caso, alertamos para as questões que envolvem as comunidades e povos tradicionais. Por isso, pensar a educação numa perspectiva emancipadora, contra-hegemônica, assim como faz a Educação do Campo, é também considerar as formas de organização descentralizadas, autônomas e realizadas a partir da cooperação das comunidades.

Tais aspectos mantêm relação com os princípios da Ecologia Profunda, de Arne Naess, uma das bases da Linguística Ecológica, sobretudo da vertente denominada Análise do Discurso Ecológica (ADE). Conforme elencado por Silva (2017), o princípio de número 7 da Ecologia Profunda, reafirma o que dissemos até aqui:

Por fim, a busca pela autonomia local e a descentralização, em que se almeja evitar processos burocráticos, cindindo com princípios de regulação estatais. Dessa forma, as comunidades passam a ter autossuficiência material e mental, se autogerindo como um ecossistema autônomo, descentralizado e enfatizando os interesses e demandas locais. (NAESS, 1973 apud SILVA, 2017, p. 92).

Desse modo, as tomadas de decisão em cooperação possibilitam a ampliação de nossa capacidade, enquanto sociedade, de interpretação e resolução dos problemas que se apresentam demasiadamente complexos.

Salientamos, então, outro elemento que compõe os saberes e fazeres dos Kalunga: a língua, ou de modo específico, o léxico relacionado aos diversos conhecimentos que compõem os saberes tradicionais da comunidade. Compreendemos o léxico na perspectiva de Sapir (1969, p. 45): “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico

ECO-REBEL

completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”.

Diante disso, seguem alguns termos empregados no cotidiano dos Kalunga e os significados atribuídos pelos membros da comunidade, sendo estes resultados da prática social no território. Por exemplo, podemos citar um importante objeto confeccionado de modo artesanal, utilizado para colocar insumos que são transportados nas longas caminhadas pelo território.

A *capanga* também conhecida como embornal (*imbornal*) é um objeto confeccionado por meio do reaproveitamento de tecidos. Apresenta formato de uma sacola, contendo uma ou duas alças. Serve para auxiliar no transporte de cargas, de pequenos mantimentos, de ferramentas etc. Geralmente, as capangas são mais utilizadas pelos mais velhos. Tem um significado histórico e se apresenta também como símbolo de resistência.

Ao levarmos em consideração o processo artesanal de produção da capanga, sendo este um conhecimento passado entre as várias gerações das mulheres Kalunga, geralmente as responsáveis por sua confecção, perceberemos o porquê de consideramos as várias práticas sociais como elementos constituintes do Calendário Sociocultural do SHPCK. E nesse sentido, compreendemos a importância da interação comunicativa nesse processo de compartilhamento de saberes por meio da oralidade.

Conforme consta no Dicionário Houaiss eletrônico (2009): *capanga s.f.* (1868) *B* 1. bolsa pequena, de tecido, couro ou plástico, usada a tiracolo por viajantes, especialmente comerciantes de pedras preciosas; bocó, mocó. [...] ETIM. quimb. *kappanga* 'entre sovaco' Ꞇ COL capangada, capangagem Ꞇ HOM. *capanga* (fl.capangar).

Mais que um componente do léxico, a capanga carrega a história de mulheres e de homens negros quilombolas (Kalunga). Confeccionada de retalhos das sobras de tecidos, a capanga se tornou um instrumento de carga de mantimentos e objetos na comunidade. Simbolicamente, cada retalho da capanga pode representar a história de uma mulher ou várias mulheres, de um homem ou vários homens, pessoas que sobreviveram, e como coletivo, formaram e constituem o quilombo.

Outro elemento linguístico e cultural da comunidade é a *matula*. Numa ligeira descrição, percebemos como este componente do léxico carrega em si características específicas das práticas sociais locais.

ECO-REBEL

A *matula* é conhecida como o alimento preparado para os viajantes levarem na capanga e se alimentarem no percurso de ida às cidades ou nas atividades relacionadas ao campo, como a busca de animais que vivem soltos nas áreas de uso coletivo. A matula pode servir de café da manhã para os trabalhadores e trabalhadoras nas atividades da agricultura de subsistência. A matula também é entendida na comunidade como o abate de um animal: caça, bovino, suíno etc., que posteriormente se transforma em alimento.

Assim, podemos perceber a sua ligação com os conhecimentos da tradição relacionados ao espaço-tempo específico da comunidade. A matula está diretamente relacionada ao cotidiano dos viajantes, que recorriam (ou recorrem) a ela para se alimentar durante os longos percursos. Observamos a presença de um calendário “invisível”, práticas sociais de um passado (negros que viajavam por dias fugindo da condição de escravizados) ou mesmo atuais, depois da formação dos quilombos (as viagens com fins diversos).

Esses saberes foram passados de geração em geração e se firmaram como identidade dos quilombos e também são sinônimos de resistência. É possível destacar outro elemento interacional do ecossistema social presente no conceito da palavra matula. Os abates de animais, por exemplo, refletem a história de sobrevivência (alimentação) nos quilombos.

Ao olharmos de fora, talvez não seja possível compreender qual a relação dessa prática social com o calendário sociocultural. Todavia, a matula com o significado de abate de um animal, demonstra o conhecimento sobre a época certa de caçar, quais os frutos ou plantas do cerrado são preferidos por estes animais, a época em que os animais estão em acasalamento e reprodução etc.

Outros saberes podem ser citados, a exemplo da etnobotânica, que envolve o conhecimento sobre as ervas medicinais, as plantas utilizadas na construção das casas, os conhecimentos sobre a cultura agrícola, tudo isso de modo a entrelaçar os diferentes tempos e espaços, ou seja, o modo de produção da vida no território Kalunga.

Assim, podemos perceber de que forma o ecossistema mental, o ecossistema natural e o ecossistema social constituem o ecossistema integral da língua. Para o calendário sociocultural a maior contribuição da Linguística Ecossistêmica é justamente a compreensão de que a língua é a própria interação dos sujeitos entre si e o ambiente.

[...] a língua é um sistema de subsistemas parcialmente dependente e parcialmente independente que forma uma ponte de duas mãos entre a cognição humana por meio do qual seres humanos reais em sociedades humanas terrestres comunicam uns com os outros

ECO-REBEL

em diálogos, ou consigo mesmos em monólogos (MAKKAI 1993, p. 141 *apud* COUTO, 2007, p. 99).

Desse modo, a afirmação do autor nos leva a pensar na interação que os saberes tradicionais devem ter com os saberes da escola, sendo o Calendário Sociocultural do SHPCK uma possibilidade de ampliar o diálogo entre o Estado (secretarias de educação) e sociedade (Comunidade Kalunga do Vão de Almas). Além disso, fazer com que os saberes e fazeres da comunidade ultrapassem as fronteiras de nosso território, interligando a raiz do passado africano à diversidade de outras culturas, de outras comunidades tradicionais, em particular dos quilombos contemporâneos.

Considerações Finais

Cada aspecto da cultura de uma comunidade e povo tradicional representa uma teia de saberes e fazeres. Essas teias têm sido uma forma de libertação através da criatividade, da coragem e da resistência colocadas à prova nas práticas sociais de cada indivíduo que compõe essa rede de interações.

Defendemos neste trabalho a criação/formação do Calendário Sociocultural do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, tendo como base os saberes e fazeres que constituem a cultura quilombola, de modo específico as tradições, experiências e vivências dos membros da Comunidade Kalunga do Vão de Almas.

O calendário sociocultural, em diálogo com o calendário escolar, servirá de apoio para a (re)organização dos tempos e espaços, do planejamento didático-pedagógico relativo à educação nas escolas do campo/quilombolas do território Kalunga.

A proposta coaduna com aquilo que se encontra nos documentos que regem a educação nacional em relação à autonomia das escolas na organização escolar própria e a adequação do calendário escolar às especificidades de seus territórios, línguas e culturas.

Referências

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. *O Conhecimento Etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. (Tese doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16472>. Acesso em: 18/03/2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 08/04/2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 08/04/2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso 08/04/2023.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 12/05/2023.

COUTO, Hildo Honório do. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecolinguística: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: COUTO, Elza K. N. N. do et al. (orgs.). *Linguística Ecolinguística: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CUNHA, Adão Fernandes da. *O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca*. Adão Fernandes da Cunha. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34102>. Acesso em 25/02/2020.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. (Orgs.). *Por uma educação básica no campo: Identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: articulação nacional Por

ECO-REBEL

Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em 11/04/2023.

MONTE ALTO, Rosana Lacerda. *Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a Educação do Campo*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/2177/1/ROSANA%20LACERDA%20MONT E%20ALTO.pdf>. Acesso em 12/05/2023.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, 3, 2000, p. 109-116. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25/19>. Acesso em 06/04/2023.

SAPIR, Edward. Linguagem e ambiente. In: *Linguística como Ciência: Ensaios*. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. Reflexões sobre a perspectiva política que subjaz à Ecolinguística. In: COUTO, Elza K. N. N. do et al. (orgs.). *Linguística Ecosistêmica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

Aceito em 30 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.